

Aula 11

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

12 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021)	3
2) Questões Estratégicas - Lei 14.133/2021 - Parte 3 - Instituto AOCF	33
3) Questionário de Revisão - Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) - Parte 3	46
4) Referências Bibliográficas	50



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ter um bom nível de preparação no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

Contratos administrativos

Formalização dos contratos

Os contratos de que trata a Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89).

Prazo de convocação do licitante vencedor para assinar o termo de contrato

A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação (art. 90).

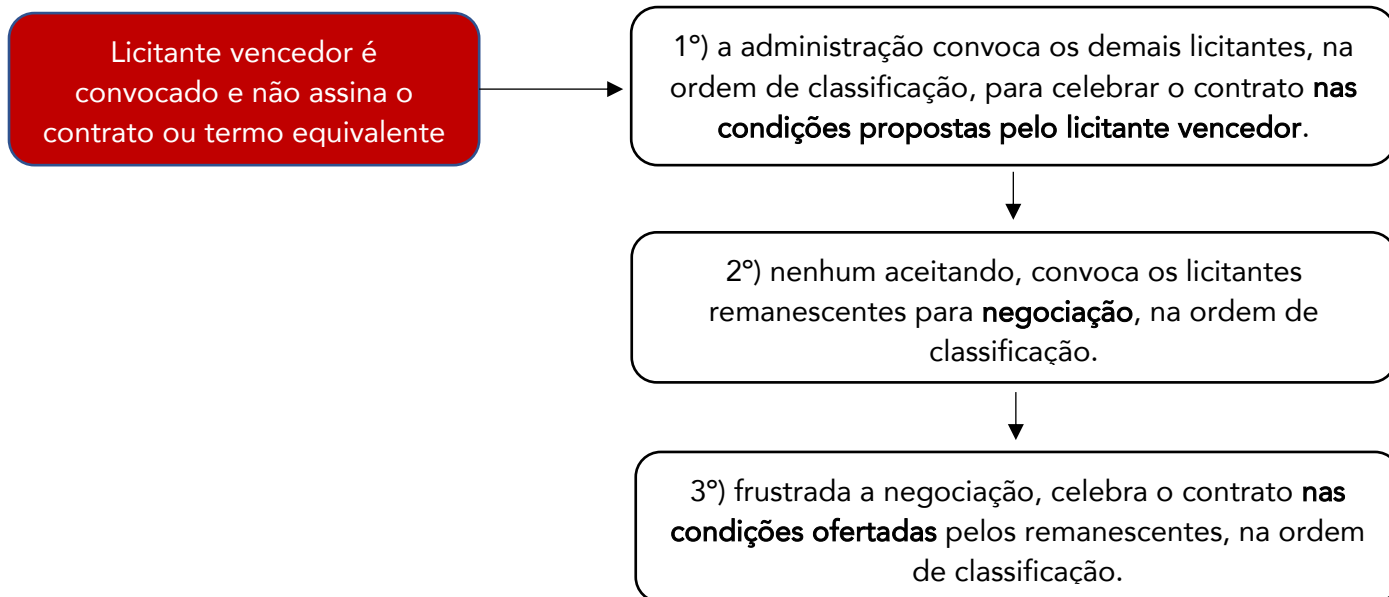
- O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração poderá:
 - I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

Essa regra não se aplica aos licitantes remanescentes convocados para negociação.

- É facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.



Reajustamento de preços

Independentemente do prazo de duração do contrato, será **obrigatória** a previsão no edital de **índice de reajustamento** de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 25, § 7º).



Essa mesma previsão deverá constar em cláusula contratual (art. 92, § 3º).

Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 ano, o critério de reajustamento de preços será por (art. 92, § 4º)

I - **reajustamento em sentido estrito**, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - **repactuação**, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Os conceitos de reajustamento em sentido estrito e de repactuação constam no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, LVIII - **reajustamento em sentido estrito**: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;*
*LIX - **repactuação**: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;*



Dedicação exclusiva ou predominância de mão-de obra

Não	Sim
Reajustamento em sentido estrito	Repactuação
<ul style="list-style-type: none">- previsão de índices específicos ou setoriais;- aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção.	<ul style="list-style-type: none">- demonstração analítica da variação dos custos;- deve estar prevista no edital com data vinculada:<ul style="list-style-type: none">o à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado;



	<ul style="list-style-type: none">o ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.
--	--

A definição de serviços contínuos, contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e não contínuos consta no art. 6º da Lei:

Art. 6º, XV - **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

XVI - **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:** aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

XVII - **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

A Lei nº 14.770/2023 incluiu na Lei nº 14.133/2021 o que se considera adimplemento da obrigação contratual (art. 92, § 7º):

Art. 92, § 7º Para efeito do disposto nesta Lei, consideram-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

Divulgação no PNCP

A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é condição **indispensável** para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura (art. 94):

I - **20 dias úteis**, no caso de **licitação**;

II - **10 dias úteis**, no caso de **contratação direta**.



Observações:

- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura, mas deverão ser publicados nos prazos acima, sob pena de nulidade (art. 94, § 1º).
- Na contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, a divulgação deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas (art. 94, § 2º).
- No caso de obras (art. 94, § 3º):
 - a) a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar; e
 - b) em até 45 dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

Obrigatoriedade do instrumento de contrato

O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses (art. 95):

- I - dispensa de licitação em razão de valor;
- II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Nesses casos, a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a ~~R\$ 10.000,00~~ **R\$ 12.545,11 (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024)**.

Garantias

A critério da autoridade competente, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos (art.96), cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades (art. 96, § 1º):

- I - **caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



II - **seguro-garantia**, assim conceituado no art. 6º da Lei:

Art. 6º, LIV - seguro-garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado;

III - **fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Valor da garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos

Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de **até 5% do valor inicial do contrato** (art. 98).

- a) É autorizada a majoração desse percentual para até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- b) Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

Liberação ou restituição da garantia

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100).

Seguro-garantia na contratação de obras e serviços de engenharia

Na contratação de **obras e serviços de engenharia**, o **edital poderá exigir** a prestação da garantia na **modalidade seguro-garantia** e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que (art. 102):

- I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:
 - a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
 - b) acompanhar a execução do contrato principal;
 - c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;



d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições (art. 102, parágrafo único):

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com a cláusula de retomada acima citada, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato (art. 99).

Alocação de riscos

O edital poderá contemplar **matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo (art. 22).

A matriz de riscos é assim definida no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:*

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia;



A matriz deverá promover a alocação eficiente dos riscos de cada contrato e estabelecer a responsabilidade que caiba a cada parte contratante, bem como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso este ocorra durante a execução contratual (art. 22, § 1º).

O contrato deverá refletir a alocação realizada pela matriz de riscos, especialmente quanto (art. 22, § 2º):

- I - às hipóteses de alteração para o restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento;
- II - à possibilidade de resolução quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual;
- III - à contratação de seguros obrigatórios previamente definidos no contrato, integrado o custo de contratação ao preço ofertado.

Casos em que o edital obrigatoriamente deverá contemplar matriz de alocação de riscos

O **edital obrigatoriamente deverá contemplar matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado quando (art. 22, § 3º):

- a contratação se referir a obras e serviços de **grande vulto**; ou
- forem adotados os regimes de **contratação integrada** ou **semi-integrada**.

Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à **escolha da solução de projeto básico** pelo **contratado** deverão ser alocados como de **sua responsabilidade** na matriz de riscos (art. 22, § 3º).

Riscos contratuais podem ser identificados no contrato

O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever **matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado**, indicando (art. 103):

- Riscos assumidos pelo setor público
- Riscos assumidos pelo setor privado
- Riscos compartilhados

Para a alocação dos riscos, serão considerados, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo (art. 103, § 1º).



- Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado (art. 103, § 2º).
- A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação (art. 103, § 3º).
- A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes (art. 103, § 4º).

Prerrogativas da Administração

À Administração são conferidas as seguintes prerrogativas em relação aos contratos (art. 104):

- I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

Nesse caso, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual (art. 104, § 2º).

- II - extinguí-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei;

- III - fiscalizar sua execução;

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

- V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

- a) risco à prestação de serviços essenciais;
- b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado (art. 104, § 1º).

Duração dos contratos

Serviços e fornecimentos contínuos

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 anos (art. 106).

Diretrizes:



- I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Nesse caso, a extinção ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 meses, contado da referida data.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser **prorrogados sucessivamente**, respeitada a **vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (art. 107).

▪ 5 anos - prazo máximo do contrato	10 anos - prazo máximo com prorrogações
-------------------------------------	---

Em contratos nos quais seja usuária de **serviço público oferecido em regime de monopólio**, a Administração poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado**, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação (art. 109).

Contratação que gere receita e contrato de eficiência que gere economia para a Administração

Prazos (art. 110):

- I - até **10 anos**, nos contratos **sem investimento**;
- II - até **35 anos**, nos contratos **com investimento**.



Consideram-se contratos com investimento aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

Escopo definido

Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato (art. 111).

Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Fornecimento e prestação de serviço associado

Terá sua vigência máxima definida pela soma (art. 113):

- do prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra
- com o prazo relativo ao serviço de operação e manutenção, este limitado a 5 anos contados da data de recebimento do objeto inicial, autorizada a prorrogação, com vigência máxima decenal.

Operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação

Poderá ter vigência máxima de 15 anos.

Execução dos contratos

Principais regras acerca da execução contratual:

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115).
- É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante (art. 115, § 1º).



- Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a **manifestação prévia ou licença prévia**, quando cabíveis, deverão ser obtidas **antes da divulgação do edital** (art. 115, § 4º).
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante **simples apostila** (art. 115, § 5º).

Havendo paralisação ou suspensão por mais de 1 mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, devendo os textos com as informações serem elaborados pela Administração (art. 115, §§ 6º e 7º).

- O contratado será:
 - a) Obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119).
 - b) Responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120).
 - c) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121).
- Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração (art. 122).
 - O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
 - Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro



ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Alteração dos contratos e dos preços

Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (art. 124):

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos seguintes limites:
 - **Acréscimos ou supressões** de até **25%** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
 - **Acréscimo de 50%** no caso de **reforma de edifício ou de equipamento**.

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

-Essa regra se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.



Nas alterações contratuais para **supressão** de obras, bens ou serviços, se o **contratado já houver adquirido** os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser **pagos pela Administração pelos custos de aquisição** regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129).

Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130).

Mesmo que ocorra a extinção do contrato, é possível o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131).

Nesse caso, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

Nas hipóteses em que for adotada a **contratação integrada ou semi-integrada**, é **vedada a alteração dos valores contratuais**, **exceto nos seguintes casos** (art. 133):

- I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos;
- III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas;
- IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada (art. 135):

- I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.



Registros realizados por simples apostila

Registros que **não caracterizam alteração do contrato** podem ser realizados por **simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (art. 136):

- I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

Hipóteses de extinção dos contratos

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 137):

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

O **contratado terá direito à extinção** do contrato nas seguintes hipóteses (art. 137, § 2º):

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite de 25% permitido na Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

As hipóteses de extinção II, III e IV acima observarão as seguintes disposições (art. 137, § 3º):

I - **não serão admitidas em caso de calamidade pública**, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A extinção do contrato poderá ser (art. 138):

I - determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - **consensual, por acordo entre as partes**, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



III - **determinada por decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por **decisão judicial**.

Extinção decorrente de culpa exclusiva da Administração

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a (art. 138, § 2º):

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

Extinção determinada por ato unilateral da Administração

A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, além da aplicação de sanções, as seguintes consequências (art. 139):

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

Recebimento do objeto do contrato

O objeto do contrato será recebido (art. 140):

- I - em se tratando de **obras e serviços**:



- a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - em se tratando de **compras**:

- a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º).

Em se tratando de:

- a) **Projeto de obra**, o recebimento definitivo pela Administração **não eximirá** o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º).
- b) **Obra**, o recebimento definitivo pela Administração **não eximirá** o contratado, pelo prazo mínimo de 5 anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

Pagamentos

Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida **remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado**, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato (art. 144).

- O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários.



- A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

O pagamento antecipado é vedado, via de regra

Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145).

- A antecipação de pagamento somente será permitida se:
 - propiciar **sensível economia de recursos**; ou
 - se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.
- Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
- Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

Nulidade dos contratos

Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual e não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação de vários aspectos, dentre os quais (art. 147):

- impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.



Se a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela **continuidade do contrato** e pela **solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido e **operará retroativamente**, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos (art. 148).

- Não sendo possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
- Com vistas à continuidade da atividade administrativa, ao declarar a nulidade, a autoridade poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 meses, prorrogável uma única vez.

A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

Meios alternativos de resolução de controvérsias

A NLLC permite a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias nas contratações por ela regidas, notadamente (art. 151):

- a conciliação;
- a mediação;
- o comitê de resolução de disputas; e
- a arbitragem.

Serão aplicados os meios alternativos às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas (art. 151, parágrafo único):

- ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e
- ao cálculo de indenizações.

A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade (art. 152).



É permitido o aditamento dos contratos para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias (art. 153).

O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes (art. 154).

Irregularidades

Infrações e sanções administrativas

As sanções aplicadas ao responsável pelas infrações são as seguintes (art. 156):

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Devem ser considerados na aplicação das sanções (art. 156, § 1º):

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

O art. 155 traz as **infrações** pelas quais o licitante ou o contratado será **responsabilizado administrativamente**. Os §§ 2º a 5º do art. 156 trazem as sanções aplicáveis às infrações. Consolidamos no quadro a seguir as infrações com as sanções, destacando que elas serão aplicadas sempre que não justificarem a imposição de penalidade mais grave.

Sanção	Observações	Infrações (art. 155)
--------	-------------	----------------------



Advertência		I - dar causa à inexecução parcial do contrato; (exclusivamente nesse caso)
Multa	Valor: 0,5% a 30% do valor do contrato.	É aplicável a qualquer das infrações previstas no art. 155.
Impedimento de licitar e contratar	<p>- Aplicável à Administração Pública direta e indireta do ente que tiver aplicado a sanção.</p> <p>- Tem o prazo máximo de 3 anos</p>	II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
		III - dar causa à inexecução total do contrato;
		IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
		V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
		VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
		VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	- Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública	VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



	direta e indireta de todos os entes federativos. - Tem o prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos	IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
		X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
		XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
		XII - praticar ato lesivo à administração pública previsto na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013, estando os atos no art. 5º).

As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções (art. 156, § 7º).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º).

Na aplicação da multa (art. 157):

- Será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

Na aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade (art. 158):

- Será instaurado de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Em órgão ou entidade cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.



A **prescrição ocorrerá em 5 anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a **multa de mora**, na forma prevista em edital ou em contrato (art. 162).

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente (art. 163):

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de:
 - 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar; ou
 - 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei cabem:



I - **recurso**, no prazo de **3 dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - **pedido de reconsideração**, no prazo de 3 dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento** caberá recurso no prazo de **15 dias úteis**, contado da data da intimação (art. 166).

Esse recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Da aplicação da sanção de **inidoneidade** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167).

O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168).

Controle das contratações

As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa (art. 169):

1ª linha de defesa	Integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
---------------------------	---



2ª linha de defesa	Integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
3ª linha de defesa	Integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo Tribunal de Contas.

A implementação das práticas será de **responsabilidade da alta administração** do órgão ou entidade e levará em consideração os **custos e os benefícios** decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas (art. 169, § 1º).

Os órgãos de controle:

- Para a realização de suas atividades, deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos documentos classificados pelo órgão ou entidade nos termos da Lei de Acesso à Informação, e o órgão de controle com o qual foi compartilhada eventual informação sigilosa tornar-se-á corresponsável pela manutenção do seu sigilo (art. 169, § 2º).
- Adotarão, na fiscalização dos atos, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação (art. 170).

Os integrantes das linhas de defesa devem observar o seguinte (art. 169, § 3º):

- I - quando constatarem simples **impropriedade formal**, adotarão medidas para o seu **saneamento** e para a **mitigação de riscos** de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis;
- II - quando constatarem **irregularidade que configure dano à Administração**, sem prejuízo das medidas acima, adotarão as providências necessárias para a **apuração das infrações administrativas**, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como **remeterão ao Ministério Público** competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.



Legitimidade para representar aos órgãos de controle interno ou ao Tribunal de Contas

Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao Tribunal de Contas competente contra irregularidades na aplicação da Lei (art. 170, § 4º).

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

A Lei criou o **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, que é o sítio eletrônico oficial destinado à (art. 174):

- I - **divulgação** centralizada e **obrigatória** dos atos exigidos pela Lei;
- II - **realização facultativa das contratações** pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.

Informações que devem constar no PNCP

São informações que devem constar no PNCP (art. 174, § 2º):

- I - planos de contratação anuais;
- II - catálogos eletrônicos de padronização;
- III - editais de credenciamento e de pré-qualificação, avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;
- IV - atas de registro de preços;
- V - contratos e termos aditivos;
- VI - notas fiscais eletrônicas, quando for o caso.

Funcionalidades a serem oferecidas pelo PNCP

São funcionalidades a serem oferecidas pelo PNCP (art. 174, § 3º):

- I - sistema de registro cadastral unificado;
- II - painel para consulta de preços, banco de preços em saúde e acesso à base nacional de notas fiscais eletrônicas;
- III - sistema de planejamento e gerenciamento de contratações, incluído o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;



IV - sistema eletrônico para a realização de sessões públicas;

V - acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);

VI - sistema de gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato, que possibilite:

- a) envio, registro, armazenamento e divulgação de mensagens de texto ou imagens pelo interessado previamente identificado;
- b) acesso ao sistema informatizado de acompanhamento de obras;
- c) comunicação entre a população e representantes da Administração e do contratado designados para prestar as informações e esclarecimentos pertinentes;
- d) divulgação de relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Cumprimento das disposições da NLLC por parte dos Municípios

Os Municípios com até 20.000 habitantes terão o prazo de 6 anos contados da data de publicação da Lei (2027), para cumprimento (art. 176):

- I - dos requisitos de designação de agentes públicos e agente de contratação (estabelecidos nos arts. 7º e 8º da Lei);
- II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica;
- III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Enquanto não adotarem o PNCP, esses Municípios deverão:

- I - publicar, em diário oficial, as informações que a Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
- II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.



Convênios, acordos ajustes e outros instrumentos congêneres

Aplicam-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública (art. 184).

Quando ocorrer acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis e o valor global inicialmente pactuado demonstrar-se insuficiente para a execução do objeto, poderão ser (art. 184, § 2º):

- I - utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação financeira;
- II - aportados novos recursos pelo concedente;
- III - reduzidas as metas e as etapas, desde que isso não comprometa a fruição ou a funcionalidade do objeto pactuado.

São permitidos ajustes nos instrumentos celebrados com recursos de transferências voluntárias, para promover alterações em seu objeto, desde que (art. 184, § 3º):

- I - isso não importe transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro;
- II - seja apresentada justificativa objetiva pelo conveniente; e
- III - quando se tratar de obra, seja mantido o que foi pactuado quanto a suas características.

Nos convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres em que for parte a União, com valor global de até ~~R\$ 1.500.000~~ R\$ 1.576.882,20 (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024), aplica-se o seguinte regime simplificado à celebração, à execução, ao acompanhamento e à prestação de contas (art. 184-A):

- o plano de trabalho aprovado conterà parâmetros objetivos para caracterizar o cumprimento do objeto;
- a minuta dos instrumentos deverá ser simplificada;
- a verificação da execução do objeto ocorrerá mediante visita de constatação da compatibilidade com o plano de trabalho.



Disposições transitórias

A Lei entrou em vigor na data de sua publicação (art. 194), em 1º de abril de 2021, portanto, **não há que se falar em *vacatio legis***.

Ocorre que a Lei 8.666/93, a Lei 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011 passam a ser **revogados em 30/12/2023** (prazo após alteração pela Medida Provisória 1.167/2023) (art. 193).

Nesse período de coexistência das leis, a Administração poderá **optar por licitar ou contratar** diretamente de acordo com a Lei 14.133/2021 ou de acordo com as citadas leis que serão revogadas. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes regras (art. 191):

I - a **publicação** do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até **29 de dezembro de 2023**; e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

Se a Administração optar por licitar de acordo com as leis que serão revogadas, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência (art. 191, § 1º).

É **vedada a aplicação combinada** da Lei 14.133/2021 com as leis a serem revogadas (art. 191, § 2º).



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Contratos

1. (Instituto AOCP/2024/SEAP-PR/Agente Profissional - Administrador) Considere que Romana, ocupante do cargo de Agente Profissional - Administrador, poderá ser designada para a função de gestor ou fiscal de contrato administrativo, que é regulado pelos preceitos de direito público. Para tanto, deverá ter ciência de algumas prerrogativas conferidas à Administração Pública. Assim, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que corretamente apresenta prerrogativa prevista na referida Lei.

- a) Fiscalizar a execução do contrato administrativo.
- b) Prever sanções pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo, cuja efetiva aplicação (da sanção) dependerá de decisão judicial.
- c) Extinguir o contrato administrativo, unilateralmente, nos casos especificados na Lei nº 14.133/2021, desde que haja ratificação pelo Poder Judiciário para produção de efeitos jurídicos.
- d) Modificar o contrato administrativo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, independentemente de prévia concordância do contratado quando se tratar de cláusula econômico-financeira.
- e) Utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato administrativo na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, desde que antes da extinção do contrato.

Comentários



As prerrogativas estão previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, estando correta a letra A:

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

*II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei; (Letra C – **incorreta**, já que não é necessária a ratificação do Poder Judiciário)*

*III - fiscalizar sua execução; (Letra A – **correta**)*

*IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (Letra B – **incorreta**, pois não há necessidade de decisão judicial)*

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

*b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, **inclusive** após extinção do contrato. (Letra E – **incorreta**)*

*§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos **não** poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado. (Letra D – **incorreta**)*

Gabarito: Letra A

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Analista de Defensoria - Direito) De acordo com a Lei nº 14.133/2021, caso a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, é correto afirmar que o respectivo contrato administrativo pode ser fixado com prazo de vigência

- a) máximo de um exercício financeiro.
- b) máximo de até cinco anos.
- c) máximo de até dez anos.
- d) máximo de até trinta e cinco anos.



e) indeterminado.

Comentários

O referido prazo de vigência é mencionado no artigo 109 da Lei nº 14.133/2021, sendo ele indeterminado, letra E:

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência **por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em **regime de monopólio**, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Gabarito: Letra E.

3. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Analista de Defensoria - Engenharia Civil) Em um contrato a ser celebrado pelo Estado do Mato Grosso do Sul, com investimento, isto é, em que haverá a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, e que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato, tem-se que o prazo de contrato, em vista da Lei Federal nº 14.133/2021, será de até

- a) 5 anos.
- b) 10 anos.
- c) 15 anos.
- d) 25 anos.
- e) 35 anos.

Comentários

O referido prazo pela situação narrada seria de 10 anos caso **não** houvesse investimento, porém como a questão deixa claro que **haverá investimento** o prazo é de até 35 anos, letra E, conforme inciso II do artigo 110 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de:

I - até 10 (dez) anos, nos contratos **sem investimento**;



II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

Gabarito: Letra E.

4. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente Social) Pessoa pertencente aos quadros da Administração, formalmente designada para acompanhar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário para regular as faltas ou defeitos observados. O conceito apresentado refere-se ao

- a) gestor de contrato.
- b) preposto.
- c) gerente do Tribunal de Contas da União.
- d) fiscal de contrato.
- e) auditor de contrato.

Comentários

O conceito apresentado pela questão é o de fiscal do contrato, letra D, conforme apresentado pelo § 1º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gabarito: Letra D.



5. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental/Licitações e Contratos)

Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- a) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de sessenta dias improrrogáveis.
- b) Será obrigatório à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- c) O instrumento de contrato é obrigatório, inclusive nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor.
- d) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade do contrato e de seus aditamentos.
- e) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.

Comentários

As alternativas tratam de diversos aspectos a respeito dos contratos. Vamos analisá-las a partir da literalidade da Lei nº 14.133/2021:

Letra A – **errada**. O prazo é o que constar no edital, e ele poderá ser prorrogável.

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital** de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

*§ 1º O **prazo de convocação** poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.*

Letra B – **errada**. A convocação dos licitantes remanescentes pela Administração não é obrigatória, mas sim facultativa.

*Art. 90, § 2º Será **facultado à Administração**, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de*



classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Letra C – **errada**. A dispensa em razão do valor é uma das hipóteses em que o instrumento de contrato poderá ser substituído.

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, **salvo nas seguintes hipóteses**, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - **dispensa de licitação em razão de valor**;*

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Letra D – **errada**. O erro é sutil, vejamos o que diz o artigo 94 da Lei:

*Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a **eficácia** do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:*

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

A divulgação no PNCP é condição indispensável para a **eficácia**, e não para a validade do contrato, ou seja, o contrato será válido, mas não estará apto a produzir efeitos.

Letra E – **certa**. Conforme §2º do artigo 95:

*Art. 95, § 2º **É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).***

Cabe acrescentar que esse valor é atualizando anualmente, e, para 2025, é de R\$ 12.545,11, conforme Decreto nº 12.343/2024.

Gabarito: Letra E

6. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental/Licitações e Contratos)



O Governo do Estado de Goiás homologou procedimento licitatório em que o objeto da licitação caracteriza a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação. Nesse caso, de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), o contrato poderá ter vigência máxima de

- a) um exercício financeiro.
- b) cinco anos.
- c) dez anos.
- d) quinze anos.
- e) trinta e cinco anos.

Comentários

A vigência máxima dos contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de TI é de 15 anos, conforme previsão no artigo 114 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 114. O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.

Gabarito: Letra D

7. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental/Licitações e Contratos)

Sobre a execução dos contratos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- a) É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, exceto na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- b) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da homologação.
- c) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



d) Independentemente de aceite pela Administração, o contratado deverá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

e) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante celebração de termo aditivo.

Comentários

Vamos analisar as alternativas a partir da literalidade da Lei nº 14.133/2021:

Letra A – **errada**. A proibição inclui a posse de novo chefe do Poder Executivo ou titular de órgão ou entidade contratante.

*Art. 115, § 1º É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, **inclusive** na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.*

Letra B – **errada**. Deverão ser obtidas antes da divulgação do edital, e não da homologação.

*Art. 115, § 4º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas **antes da divulgação do edital**.*

Letra C – **correta**. Nos exatos termos do artigo 121:

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Letra D – **errada**. O preposto deverá ser aceito pela Administração.

*Art. 118. O contratado deverá manter **preposto aceito pela Administração** no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.*

Letra E – **errada**. Não há necessidade de celebração de termo aditivo, bastando anotar as circunstâncias em simples apostila.

Art. 115, § 5º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Gabarito: Letra C



Irregularidades e Disposições Gerais

8. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental/Licitações e Contratos)

Em relação às infrações e sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- a) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- c) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias úteis, contado da data de sua intimação.
- d) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos.
- e) No âmbito do Poder Executivo Estadual, a sanção de impedimento de licitar e contratar é de competência exclusiva dos Secretários de Estado.

Comentários

Letra A – **correta**. Conforme leitura combinada do art. 155, I, e do art. 156, I e §2º:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

(...)

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

(...)



*§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada **exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.*

Letra B – **errada**. O limite máximo da multa será 30% do valor do contrato, conforme art. 156, §3º:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

II - multa;

(...)

*§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, **não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.*

Letra C – **errada**. O prazo para defesa será de 15 dias úteis, contados da intimação, conforme artigo 157:

*Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação**.*

Letra D – **errada**. O prazo mínimo será de 3 anos. O máximo será de 6 anos. Além disso, a sanção também alcança os demais entes federativos, conforme §5º do art. 156:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

(...)

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais



grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Letra E – **errada**. Somente a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário de Estado, conforme inciso I do §6º do art. 156.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

(...)

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

*I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de **competência exclusiva** de ministro de Estado, de **secretário estadual** ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;*

Gabarito: Letra A

9. (Instituto AOCP/2022/IFNMG/Contador)

Segundo a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), nos casos de penalidade de impedimento de contratar ou licitar, o pedido de reabilitação, entre outros requisitos, somente poderá ser apresentado após o transcurso do prazo mínimo de

- a) 1 (um) ano da aplicação da penalidade.
- b) 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.
- c) 3 (três) anos da aplicação da penalidade.
- d) 4 (quatro) anos da aplicação da penalidade.
- e) 5 (cinco) anos da aplicação da penalidade.



Comentários

Os requisitos para a reabilitação estão no artigo 163 da Lei nº 14.113/2021, vejamos:

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

*III - transcurso do **prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar**, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;*

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Sendo o prazo mínimo de 1 ano no caso da sanção de impedimento de licitar e contratar, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: Letra A

10. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Administrador) Em relação ao controle na administração pública, as contratações públicas deverão se submeter a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo com recursos de tecnologia da informação e ser subordinadas ao controle social, sujeitando-se a três linhas de defesa. Quais são os integrantes da terceira linha de defesa?

- a) Servidores e agentes públicos das unidades de controladoria do órgão ou entidade.
- b) Autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- c) Servidores e empregados públicos, agentes de licitação atuantes da governança.
- d) Órgão central de controle interno da administração e tribunal de contas.
- e) Unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

Comentários



As linhas de defesa estão previstas no artigo 169 da Lei nº 14.133/2021, estando corretamente listados como sendo da terceira linha os órgãos citados na alternativa D:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

*I - primeira linha de defesa, integrada por **servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança** do órgão ou entidade; (Letras B e C – **incorretas**)*

*II - segunda linha de defesa, integrada pelas **unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade**; (Letras A e E – **incorretas**)*

*III - terceira linha de defesa, integrada pelo **órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas**. (Letra D – **correta**)*

Gabarito: Letra D.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Segundo a Lei nº 14.133/2021, o prazo de convocação do licitante vencedor poderá ser prorrogado?
2. Quais são as consequências da recusa injustificada do adjudicatário no momento da assinatura do contrato, conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021?
3. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a divulgação do contrato de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas é de caráter obrigatório?
4. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em quais hipóteses o contrato poderá ser dispensado?
5. Segundo a Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviços de engenharia, o edital poderá exigir garantia na modalidade específica?
6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, as alterações unilaterais determinadas pela Administração independem do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro?
7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Administração, em alguma hipótese, poderá celebrar contratos de vigência indeterminada?
8. Quais possibilidades terá a Administração Pública quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?
9. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá subcontratar partes da obra?
10. Os contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão sofrer alterações unilaterais pela Administração? Em quais hipóteses?
11. Segundo a Lei nº 14.133/2021, poderá haver antecipação de pagamento?
12. Quais são as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021?
13. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quem poderá impugnar edital de licitação que contenha irregularidades?

Perguntas com respostas

1. Segundo a Lei nº 14.133/2021, o prazo de convocação do licitante vencedor poderá ser prorrogado?

Sim, o prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º).



2. Quais são as consequências da recusa injustificada do adjudicatário no momento da assinatura do contrato, conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021?

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º).

3. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a divulgação do contrato de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas é de caráter obrigatório?

Sim, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura (art. 94):

- a) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; e
- b) 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

4. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em quais hipóteses o contrato poderá ser dispensado?

O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço (art. 95):

- a) dispensa de licitação em razão de valor; e
- b) compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

5. Segundo a Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviços de engenharia, o edital poderá exigir garantia na modalidade específica?

Sim, na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato (art. 102).

6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, as alterações unilaterais determinadas pela Administração independem do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro?

Não, sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere (art. 103, § 5º):



- a) às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 da Lei; e
- b) ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Administração, em alguma hipótese, poderá celebrar contratos de vigência indeterminada?

Sim, a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação (art. 109).

8. Quais possibilidades terá a Administração Pública quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado (art. 111, parágrafo único):

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; e
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá subcontratar partes da obra?

Sim, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração (art. 122).

10. Os contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão sofrer alterações unilaterais pela Administração? Em quais hipóteses?

Sim, os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração (art. 124, I):

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; e
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

11. Segundo a Lei nº 14.133/2021, poderá haver antecipação de pagamento?

Sim, mas a antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação



do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta (art. 145, § 1º).

12. Quais são as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021?

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções (art. 156):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quem poderá impugnar edital de licitação que contenha irregularidades?

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.